



Categoria realiza o II Encontro de Núcleos Regionais de Serviço Social e o IV Encontro de Representantes do CRESS em Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas

PÁGINA 3

CRESS garante espaço no CEAS e no CMAS

PÁGINA 4

Assistentes Sociais do MP promovem 1º Encontro Nacional

PÁGINA 5

Campanha pela Livre Orientação Sexual: desafios e avanços na garantia de direitos

PÁGINA 12

70 anos

Serviço Social

novos depoimentos de pioneiros

CENTRAL

Um ano pleno de realizações!

Mais um ano chega ao fim. Em 2006 comemoramos os 70 anos de nossa profissão e o CRESS Informa homenageou os assistentes sociais pioneiros no RS, encerrando nesta edição a série de depoimentos.

Também foi um ano importante para a política de Assistência Social no país com a efetiva implantação do SUAS, possibilitando o acesso cidadão a todos que dela necessitem. Num retrospecto, lembramos ações importantes do CRESS na defesa de nossa profissão. Uma delas foi a contratação, por concurso, de mais uma agente fiscal – profissional responsável pela fiscalização dos espaços de trabalho e de estágio. Salientamos também a participação do CRESS/RS no 35º Encontro do Conjunto CFESS/CRESS, em setembro, e também no I Encontro Nacional de Comunicação do conjunto. Participação importante também foi no evento sobre Exame de Proficiência, afirmando sua posição contra os cursos de graduação à distância, na luta pela qualificação da formação profissional. Destacamos a parceria na realização do I Encontro de Assistentes Sociais do Ministério Público, reforçando a

Profissionais podem ter isenção

Conforme Resolução CFESS 378/98, Art. 51: "Qualquer profissional poderá requerer o cancelamento de sua inscrição, desde que declare o não exercício de qualquer atividade, função ou cargo que envolva o exercício profissional do assistente social".

Aposentados, por exemplo, poderão ficar isentos do pagamento das anuidades do Conselho, basta pedir o cancelamento de inscrição junto à secretaria do CRESS ou das Seccionais. O solicitante ficará dispensado do pagamento das anuidades a partir da data do cancelamento. Já aos profissionais que completarem 60 anos, a isenção do pagamento das anuidades é concedida automaticamente, independente de solicitação.

importância deste profissional e valorizando a profissão num espaço institucional que tem como afinidade a defesa dos direitos da população. Foram também realizados neste ano dois encontros dos Núcleos do CRESS visando fortalecer e incentivar sua organização, resultando na produção coletiva de documento com orientações gerais de funcionamento. Em paralelo, realizamos o III e IV Encontro dos Representantes do CRESS nos Conselhos de Políticas e de Direitos, despertando para discussão sobre a relevância de nossa profissão na defesa e garantia de políticas públicas. O CRESS também gestionou com sucesso, junto a várias prefeituras, pelo aumento dos salários oferecidos aos assistentes sociais em concursos públicos. Houve inclusive a intervenção do CRESS na questão da Assistência Social em POA, juntamente com os Conselhos Regionais de Psicologia e de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, que produziram um documento entregue à FASC – gestora desta política no município, na defesa da qualidade dos serviços prestados à população nesta política pública. Realizamos ainda, em parceria com a Seccional de Caxias, uma edição do Curso Ética em Movimento e em parceria com a Universi-

Parceria CRESS/Unisinos

O CRESS/RS, em parceria com a Unisinos, realizou uma programação especial que envolveu alunos dos cursos de Serviço Social e de Jornalismo da instituição. Eles produziram quatro mini-documentários contando a História do Serviço Social, os processos de trabalho tradicionais e inovadores da profissão, além de depoimentos de profissionais. Um evento realizado na sede do CRESS, no dia sete de novembro, reuniu estudantes, profissionais e pioneiros num emocionante encontro de gerações. O resultado poderá ser visto na programação da TV Unisinos a partir deste mês.

dade de Caxias do Sul e Universidade de Pelotas cursos abordando a questão do processo do trabalho dos assistentes sociais nas políticas públicas, beneficiando mais de 100 profissionais. O CRESS/RS realizou ainda três reuniões com a representante da Região Sul na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), e com representante da Executiva Nacional de Estudantes em Serviço Social (ENESSO), discutindo a qualidade na formação profissional dos assistentes sociais. Desta forma consideramos que o ano de 2006 foi extremamente produtivo na concretização de nossas propostas. Para 2007, teremos em Porto Alegre, na Semana do Assistente Social, o encontro preparatório para o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e também o encontro descentralizado da Região Sul – Conjunto CFESS/CRESS. Não podemos esquecer que 2007 será ano de eleição para o CRESS. A mobilização dos assistentes sociais será imprescindível para a garantia de um processo eleitoral participativo e democrático, com discussões de temas importantes para a nossa categoria.

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora a fazer um novo fim”.

Chico Xavier

“A gestão O Tempo não Para deseja a todos um feliz Natal e um 2007 cheio de realizações!”



www.cressrs.org.br

Conselho Regional de Serviço Social



www.cressrs.org.br

Gestão “O Tempo não pára”

Rua André Belo, 452 - 1º andar
Menino Deus - Porto Alegre/RS
CEP 90110-020
Fone/Fax: (51) 3224.3935 / COFI - 3225-3618
cress10@terra.com.br

DIRETORIA
Léa Maria Ferraro Biasi - CRESS 0817
Cintia Ribes Pestano - CRESS 3606
Cláudia Tellini Vittola Paiva - CRESS 2819
Darly Salazar Pereira - CRESS 0791
Silvana Dóris Perin - CRESS 2970
Oscar Pereira da Silva Filho - CRESS 4084
Joice Farina de Liz - CRESS 3820
Fátima Regina Carlos Saikoski - CRESS 3394

CONSELHO FISCAL
Ângela Maria Fenner - CRESS 2323
Ana Paula Henry Camara - CRESS 4075
Clarete Teresinha Nespola de David - CRESS 2311
Geneci Machado Padilha - CRESS 3150

DELEGACIA SECCIONAL DE CAXIAS DO SUL
Coordenadora: Eleni Raquel da Silva Tsuruzono - CRESS 4322
Tesoureira: Marta Janete Conrado de Medeiros - CRESS 2857
Secretária: Eva Roselaine Simiano da Rosa - CRESS 5354
Suplentes
Valquíria Aparecida Sauer - CRESS 5397, Vanisse Zancan - CRESS 5401 e Elisa Moraes Rodrigues - CRESS 2398

DELEGACIA SECCIONAL DE PELOTAS
Coordenadora: Marcia de Almeida Rodrigues - CRESS 4896
Tesoureira: Jussara Elizabeth Pierobom Saraviva - CRESS 1232
Secretária: Luciane Bastos da Silva - CRESS 5739
Suplentes
Maria de Lourdes Santiago G. da Silva - CRESS 4742 e Marcia Helena dos Santos da Rosa - CRESS 5126

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA
Fátima Regina Carlos Saikoski e Cintia Ribes Pestano
Jornalista Responsável: Vanessa Martins - MTB/RS 11.584

Fotos: arquivo CRESS/RS

Editoração: Jonas Furlan

Impressão: Gráfica e Editora Nova Prova

Tiragem: 4.500 Exemplares

CRESS Informa:
Martinscomunic Assessoria em Comunicação - martinscomunic@gmail.com

CRESS promove Encontros de Núcleos e de Representantes nos Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas

No dia 20 de outubro, o CRESS/RS realizou o II Encontro de Núcleos Regionais de Serviço Social e o IV Encontro de Representantes do CRESS em Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas. Organizados pelas Comissões de Interiorização e Descentralização e de Seguridade Social, os encontros buscaram avançar na articulação do CRESS/RS com os Núcleos Regionais e na construção dos fluxos de informação entre os representantes em fóruns participatórios. Durante a manhã, foram apresentadas as propostas do Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em setembro, na cidade de Vitória (ES).

Também foram discutidas propostas de Orientações Gerais para Formação e Funcionamento dos NUCRESS; regionalização dos Núcleos e seus projetos para 2007. Destacamos as principais propostas de orientação:

- Os Núcleos Regionais de Serviço Social (NUCRESS) são espaços de articulação e organização dos Assistentes Sociais e cumprem o papel de interiorização, descentralização e democratização da gestão política do CRESS;
- Os Núcleos terão orientação, apoio e subsídios do CRESS 10ª Região, caracterizando-se como espaços de valorização do Serviço Social e de capacitação dos Assistentes Sociais, no exercício profissional, na defesa do projeto da profissão e na divulgação do CRESS, como conselho de representação da categoria na sua região. Estes poderão ser formados em nível municipal e em nível regional, conforme regionalização proposta. O Núcleo deverá aprovar a sua regionalização e informá-la ao CRESS. Este apoiará preferencialmente a organização de núcleos regionais.

Entre as competências, destacamos:

- O CRESS e os NUCRESS trabalharão em parceria dinamizando as ações de interesse com vista a defesa e fiscalização da

Vanessa Martins



Representantes do interior do Estado marcaram presença no encontro

qualidade do serviço profissional prestado a sociedade;

- Garantia dos direitos e deveres do Assistente Social;
- Incentivo ao aprimoramento teórico, técnico e político dos Assistentes Sociais;
- Defesa das políticas públicas e de Direito;
- No ano de 2007 estão previstos dois encontros (julho e outubro) com os NUCRESS e Seccionais com o objetivo de construir, avaliar e regulamentar fluxos.

Projeto Ético-Político foi debatido com representantes



"Avanços sociais no Brasil são mérito da categoria", destacou a professora Berenice Rojas Couto no encontro.

À tarde, os(as) assistentes sociais presentes contaram com a palestra da professora Berenice Rojas Couto, ex-presidente do CRESS e coordenadora do Programa de Pós-graduação da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica), que falou sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e as Políticas Públicas e de Direitos. Berenice lembrou que existe uma luta histórica pela conquista de direitos sociais no Brasil e que os avanços são, na sua maior parte, um mérito da categoria do Serviço Social. A professora debateu com os representantes do Conselho sobre o dilema entre ser um assistente social inserido na gestão das políticas públicas e um assistente social que está presente nos Conselhos de Direitos, ou seja, um está na gestão e o outro, na fiscalização dos projetos. "Em muitos municípios do interior faltam profissionais do Serviço Social para atuar. Então, as pessoas dão um 'jeitinho' e pedem para o assistente social que está no Conselho de Direito redigir um projeto. Mas como ele vai redigir o projeto e depois fiscalizar a sua implementação? Então é uma incoerência da qual precisamos nos livrar. Por isso os Conselhos não podem ser gestores, mas

continuar sua ação fiscalizadora. Não quer dizer que sejamos sempre contrários às Políticas Públicas dos governos. Se elas estão de acordo com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, temos que apoiá-las sim. Este será sempre o nosso princípio norteador", conclui ela.

A professora discutiu ainda a defesa do Estado Democrático e das Políticas Públicas de Direito que se vinculam com o Projeto Ético-Político profissional e com o mercado de trabalho, compromisso com a autonomia da população usuária. Os(as) assistentes sociais também contribuíram com o debate, afirmando que, entre os trabalhadores das áreas sociais, há reconhecimento de nossa contribuição pedagógica junto aos Conselhos. Nesse sentido, foi reafirmado o compromisso com a defesa da participação e do Controle Social e contribuição na educação permanente dos conselheiros.

Assembléia Geral da Categoria

Na mesma data, às 19 horas, também foi realizada a Assembléia Geral da Categoria para aprovação da Proposta Orçamentária para o ano de 2007, além do planejamento de atividades e aprovação de anuidade, ambos para o ano que vem. Na assembléia ainda foi apresentada a prestação de contas relativa aos meses de janeiro a agosto de 2006 e assuntos gerais. Também foi aprovado um aumento de 4% na anuidade, utilizando-se como referencial o patamar de reajuste aprovado pelo conjunto CFESS/CRESS. Assim, a anuidade para 2007 foi estabelecida em R\$ 265,20. O compromisso da categoria em manter a adimplência permitirá ao CRESS a concretização do Plano de Metas aprovado na assembléia. O Plano de Metas para 2007 está disponível para leitura no site do CRESS (www.cressrs.org.br), no link "Jornal".

Fátima Saikoski



A presidente do CRESS, Léa Maria Biasi, apresentou o Plano de Metas para 2007

O CRESS/RS e a Política de Assistência Social de Porto Alegre

Com a posse do novo Governo Municipal, atores sociais têm acionado o CRESS/RS para manifestarem sua preocupação com os destinos da Política Municipal de Assistência Social. Relatos de entidades prestadoras de serviços de assistência social e de trabalhadores municipais mobilizaram a diretoria do CRESS/RS a realizar uma reunião com os assistentes sociais da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), órgão da Prefeitura de Porto Alegre, para debater o assunto.

Na primeira reunião, realizada em março de 2006, decidimos convidar outras organizações de trabalhadores da Política de Assistência Social para se agregar à caminhada e realizar a entrega de um documento para a FASC. Os Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) e de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO) passaram prontamente a participar das reuniões, sendo debatidos temas como Programas e Serviços de Assistência Social executados e ameaçados de extinção; relações de trabalho; relação entre Governo e Sociedade Civil; financiamento e processo de controle social.

Enquanto o documento, entregue à direção da FASC e aos Conselhos Municipais de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso, estava sendo construído coletivamente, o CRESS/RS participou de mais dois eventos, ambos realizados na Câmara de Vereadores, abordando a questão. No dia 15 de maio,

a presidente do CRESS/RS, Léa Maria Biasi, ao ocupar a Tribuna Popular para homenagear os assistentes sociais gaúchos pelo Dia do Assistente Social, manifestou apreensão “com a devolução de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social, a não presença da direção da FASC na Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social, a redução do Orçamento Municipal da Assistência Social, entre outros fatos que têm sido noticiados, pois significam dificuldades na condução política e social de uma política social que efetiva um dos direitos sociais básicos da população brasileira, a Assistência Social”. Também solicitou o apoio daquela Casa Legislativa “para que não haja retrocesso na execução da Política de Assistência Social, pois Porto Alegre, desde 1993, constituiu-se referência estadual e nacional”.

Em junho, em ato promovido pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/POA, com apoio de três Comissões Legislativas da Câmara de Vereadores, novamente o CRESS/RS se manifestou por meio de sua presidente, Léa Maria Biasi, e sua vice-presidente, Cíntia Pestano. Léa Maria ocupou a Tribuna e falou sobre o crescente processo de terceirização dos Programas e Serviços de Assistência Social, a necessidade urgente de recursos humanos, a realização de concurso público para a FASC, entre outros pontos. Cíntia abordou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em 12 de setembro, a diretora do CRESS/RS Darly Salazar Pereira e os representantes do CREFITO e do CRP entregaram à presidente da FASC/POA o documento subscrito pelos três Conselhos Profissionais. Também foram entregues cópias aos Conselhos Municipais.

É necessário registrar as importantes intervenções e contribuições das representantes do CRESS/RS, as assistentes sociais Maria Bernadete e Sílvia Tejedades, nas reuniões Plenárias e da Comissão de Política do Conselho Municipal de Assistência Social/POA. Fundamentadas nos compromissos do Serviço Social com a defesa e garantia dos direitos sociais, da efetivação da Assistência Social como Política Pública, dever do Estado, as colegas têm assumido uma postura crítica e propositiva frente aos diversos temas abordados nas reuniões do CMAS/POA.

O CRESS permanece atento à efetivação da Política de Assistência Social em Porto Alegre, acolhendo as demandas dos usuários, das entidades sociais e das colegas assistentes sociais, procurando ser protagonista e parceiro na defesa das Políticas Sociais Públicas, bem como, aguarda posicionamento da FASC quanto às diversas questões apresentadas.

Gestão “O Tempo não Pára”

CRESS integra novos mandatos no CMAS e no CEAS

O Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região conquistou seu espaço nos Conselhos de Assistência Social no Estado (RS) e no Município de Porto Alegre nas eleições de setembro. O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre (CMAS) elegeu seus representantes para o novo período no dia 11 de setembro. As vagas foram ocupadas por três entidades prestadoras de serviço, uma entidade representando as categorias profissionais do setor de assistência social e duas entidades de organização e/ou representação de usuários. Os 16 representantes dos usuários, oriundos das Comissões Regionais de Assistência Social – CORAS, foram eleitos em escrutínio na sua respectiva região. O CRESS/RS será representado no CMAS pelas assistentes sociais Maria Bernadete Medeiros e Anahí Melgare,

titular e suplente, respectivamente.

Já o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/RS) realizou suas eleições no dia 27 de setembro, no auditório do Departamento de Assistência Social da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (DAS/STCAS), quando o CRESS concorreu com mais quatro organizações de trabalhadores da Política de Assistência Social. O CRESS será representado pelas assistentes sociais Cláudia Oliveira e Simone Ritta.

As colegas que representam o CRESS dão continuidade à defesa dos princípios e propostas que consubstanciam e direcio-

Divulgação/PMPA



Anuração dos votos no processo eleitoral para a gestão do biênio 2006/2008, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

nam a Assistência Social como Política Pública, capaz de aprofundar um conjunto de direitos para todos que dela necessitarem.

Serviço Social e MP – de mãos dadas pela garantia de acesso a direitos

Entre os dias 18 e 19 de setembro, 60 assistentes sociais de 17 estados brasileiros, mais o Distrito Federal, estiveram reunidos no 1º Encontro Nacional do Serviço Social do Ministério Público. O evento, realizado no MP do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, reuniu profissionais que atuam em Ministérios Públicos dos estados do Ceará, Rio de Janeiro, Maranhão, Pará, Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal, Rondônia, Amapá, além de assistentes sociais do estado gaúcho. Um dos objetivos do encontro foi ampliar discussões sobre a atuação profissional no sentido de aprimorar o trabalho conjunto entre o MP e o Serviço Social de todo o país.

Márcio Goulart



A abertura do encontro contou com a palestra da presidente do Conselho Federal do Serviço Social, Elisabete Borgianni, que lembrou as interfaces de trabalho entre MP e Serviço Social. “O Ministério Público atua na defesa de direitos públicos e interesses indisponíveis, que fogem ao âmbito patrimonial, questões com as quais os assistentes sociais lidam cotidianamente”. A presidente do CRESS/RS, Léa Maria Biasi, ressaltou que assistentes sociais devem se questionar em que medida o serviço por eles realizado tem contribuído para o desenvolvimento da função institucional do Ministério Público. “Este Encontro possibilita uma avaliação do nosso trabalho dentro da Instituição”.

Para a assistente social do MP/RS, Silvana Dóris Perin, que integra a diretoria do CRESS/RS, o evento mostrou-se oportuno pelo aprofundamento teórico-metodológico. “Foram apresentados 18 trabalhos com temáticas relacionadas a Defesa de Direitos, Inserção do Serviço Social no Ministério Público, Infância e Juventude e Competência Técnico-Operativa, demonstrando o compromisso dos profissionais que atuam neste espaço institucional com a qualificação de seu trabalho técnico”.

Silvana avalia que este encontro “serviu de exemplo a outros assistentes sociais na conquista de espaços institucionais, com vistas ao aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, conforme os princípios fundamentais defen-

didados em nosso código de ética”.

Também estiveram presentes na solenidade de abertura, o Procurador-Geral de Justiça em Exercício, Antonio Carlos de Avelar Bastos, o Corregedor-Geral do Ministério Público, Mário Cavalheiro Lisboa, o Representante da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Heriberto Roos Maciel, o Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, Miguel Granato Velasquez, o Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, Julio Cesar Finger, e a Assistente Social do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, representando o Grupo Idealizador do Evento, Maria Bernadete Medeiros.

A presidente do CFESS, Elisabete Borgianni, por ocasião do 1º Encontro de Assistentes Sociais no MP, visitou o CRESS/RS e nos concedeu uma entrevista.

CRESS INFORMA – Em que medida o profissional do Serviço Social pode contribuir com o trabalho do Ministério Público?

ELISABETE BORGIANI – As possibilidades de contribuição do Assistente Social para a atuação do MP são muitas. O assistente social é o profissional que conhece de perto a realidade das pessoas. É o que chega mais próximo do usuário e da situação das famílias. O MP existe para garantir que a população acesse seus direitos fundamentais e isto faz parte do projeto ético-político do Serviço Social. Portanto, o assistente social é um profissional que pode potencializar bastante a atuação do MP na sociedade, embora o MP ainda não saiba aproveitar todas as potencialidades com as quais este profissional pode colaborar. Os conceitos do Serviço Social ainda são muito novos para os Promotores de Justiça.

CRESS INFORMA – Quais são as dificuldades encontradas pelo profissional do Serviço Social na sua atuação?

ELISABETE – O assistente social vive exposto

Márcio Goulart



Elisabete Borgianni, presidente do Conselho Federal de Serviço Social

a contradições. Um exemplo é a Política de Saúde, em que as conquistas avançam por conta das questões econômicas, não apenas pelo trabalho incessante dos movimentos sociais. Quando a população conquista o direito de ter um hospital, existe aí um grande lobby da indústria, mas quando chega a hora de estruturar este hospital com pessoas, ou seja, recursos humanos, o processo emperra. Por quê? Porque há a disputa entre capital econômico e capital humano. Quando uma medida necessita de capital humano, o processo pára. E o assistente social trabalha o tempo todo com essa contradição. Ele luta pelos direitos sociais mas está a serviço do capital, porque trabalha dentro de uma instituição pública ou privada, que tem seus interesses.

CRESS INFORMA – Qual a importância do MP para a sociedade?

ELISABETE – Abriu-se um campo muito importante para os assistentes sociais no Brasil com o Ministério Público. Mas o MP sozinho não consegue resolver as demandas sociais. É preciso que os movimentos sociais cumpram seu papel. O cidadão, para garantir o acesso a um determinado direito, muitas vezes, acaba recorrendo à Justiça, mas isto não basta, pois resolve-se aquela situação específica, quando o acesso aos direitos deve ser estendido a todos.

CRESS INFORMA – Qual a importância de encontros como este para a categoria?

ELISABETE – Os assistentes sociais que atuam nos Ministérios Públicos estão em ambientes privilegiados de trabalho, uma vez que representam um avanço na luta por direitos. Nós sabemos que os assistentes sociais têm que “matar um leão por dia”, como diz o ditado, devido a complexidade e os desafios com os quais convivem estes profissionais, mas o assistente social não pode se acomodar. Ele tem obrigação de acumular conhecimento e socializar com a categoria, tem que discutir, estudar, refletir e produzir conhecimento. Por isso, eventos como este são importantes para a socialização de conhecimentos, para a troca de experiências. É importante também que estes assistentes sociais – que trabalham no MP – também possam trocar experiências com assistentes sociais de outras áreas, como Saúde, Educação, Assistência Social, etc, porque a atuação profissional é a mesma, independente do âmbito em que se esteja, os desafios são os mesmos e as alternativas devem ser pensadas em conjunto. No âmbito dos movimentos sociais também. É preciso que os assistentes sociais estejam atentos e atuantes em todas as lutas sociais e este é o diferencial deste profissional. O assistente social contagia seu ambiente de trabalho, empunhando a bandeira da luta pela garantia de acesso a direitos.

Valorizando os personagens da história de lutas por direitos sociais

Maria Ribeiro Tavares

No dia 27 de novembro de 2006, Maria Ribeiro Tavares completa 95 anos. Neste quase um século de vida, ela diz que nunca teve medo, nunca adoeceu, nunca pensou em parar de trabalhar. E não parou mesmo. Aposentada pelo Governo do Estado desde os 70 anos, ela diz que nem percebeu. “Não mudei minha rotina, continuei trabalhando do mesmo jeito”, conta.

Natural de Pelotas, Maria Tavares foi criada em Candiota, voltando à cidade natal para se formar na Escola Normal. Indo para Porto Alegre, matriculou-se na primeira turma da Escola de Serviço Social, sem saber ao certo o que era. Ainda na Escola, a estudante buscava o pioneirismo. “Eu queria trabalhar com um público para o qual ainda não houvesse qualquer tipo de assistência, mas não sabia qual. Então um dia encontrei uma mulher caída na rua. Eu a socorri e conversando, fiquei sabendo que ela queria muito ter notícia dos filhos, que estavam na Casa de Detenção há anos. Eu fui até lá, mas não me deixaram entrar, porque mulher não tinha acesso àquele lugar. Pensei: ‘este é um público totalmente desassistido. Eu vou entrar lá’”. Determinada e corajosa, Maria procurou o interventor do Estado (na época do governo Vargas). “Pedi ao General Dornelles uma autorização para entrar na Detenção e ele me deu para se livrar de mim. Eu incomodava mesmo (risos)”. A partir daí, Maria começou a trabalhar na penitenciária buscando informações dos familiares dos presos, revendo sentenças (muitas delas já cumpridas há anos), recrutando presos para trabalhar como operários em empreendi-

Cléo Machado Fabrício

Nascida em janeiro de 1931, em Porto Alegre, Cléo formou-se em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da PUCRS em 1952. Estudou um tempo no Rio de Janeiro, mas voltou com a família para Porto Alegre, quando ingressou no Colégio Bom Conselho. Ouviu falar em Serviço Social pela primeira vez através de uma palestra do professor Mário Reis, que estava fundando a Escola de Serviço Social da PUCRS. “Me interessei pelo tema e resolvi me matricular”, conta ela.

Na faculdade, Cléo passou por estágios no Educandário São João Batista, onde trabalhou com crianças portadoras de deficiências, e na Santa Casa de Misericórdia, na Enfermaria 33. Ao se formar, em 1952, continuou trabalhando no hospital, vindo a assumir a chefia do Serviço Social. “Eu era autodidata e buscava informações sozinha. Na época, a gente tinha que correr atrás das coisas”, lembra. Ainda na Santa Casa, a assistente social fez pesquisas sobre as comunidades em situação de vulnerabilidade social e criou o primeiro clube de mães da instituição. Após seis anos de Santa Casa, Cléo passou a trabalhar no SESI (Serviço Social da Indústria) chefiando o Departamento de Comunidade. “Esta seção de Serviço Social Comunitário não existia. Nós implantamos lá. Fui a primeira funcionária”, brinca ela.

Ela recorda dos desafios para mobilizar as comunidades, que não tinham o hábito de se reunir. “Criamos um grupo de voluntárias, que ia até as comunidades pra motivar as pessoas.

Nara Rodrigues

Em 20 de junho, Nara Rodrigues completou seus 80 anos, boa parte deles dedicados ao Serviço Social. Natural de Quaraí, foi professora primária em São Luis Gonzaga, aos vinte anos, e a futura profissão já dava seus primeiros sinais. “Por acaso eu dava aulas para uma turma que ninguém queria. Eram meninos em situação de rua, a maioria deles, infratores. Era uma classe especial mesmo. Eu fazia atividades de recreação com jogos, esporte e música e percebia que isso causava um efeito tranquilizador neles. Então resolvi cursar Educação Física, pois achava que neste curso eu iria desenvolver mais a recreação”. Em 1951 Nara mudou-se para Porto Alegre e entrou para a Escola de Educação Física, trabalhando à tarde na prefeitura, com recreação nas praças. “Um dia uma estudante de Serviço Social procurou a secretária para conhecer o trabalho de recreação e começamos a conversar. Eu não sabia o que era o Serviço Social. Descobri que, para desenvolver a atividade que eu queria, precisava fazer aquele curso”. Em 1952, Nara entrou para a Escola de Serviço Social, mesmo fazendo o curso de Educação Física pela manhã. “Continuei o trabalho de recreação na praça nos finais de semana”, diz. Nara desenvolveu recreação na praça Garibaldi, que era freqüentada pelas crianças da Ilhota, antiga vila de Porto Alegre. “A situação lá era crítica. Faltava água potável, iluminação pública, eram famílias trabalhadoras, mas muito vulneráveis mesmo”, explica. Nara criou dois grupos de adolescentes na praça: de meninos e de meninas. Com eles fazia esportes, jogos, música, passeios

O tema da campanha dos 70 anos do Serviço Social no Brasil “Construindo a História na Luta por uma Nova Sociedade” repercutiu no Rio Grande do Sul com a valorização dos profissionais que superaram desafios e conquistaram avanços na luta pela construção do Serviço Social no nosso estado. Desta forma, na última edição de 2006 do CRESS INFORMA, trazemos novos depoimentos destes personagens, encerrando assim, este ciclo de entrevistas.

mentos da capital. “As pessoas não sabiam que os operários que eu encaminhava eram presos. Eles nunca deram problema. O Arroio Dilúvio (canalização), o Aeroporto, a reforma da Cúria Metropolitana, foram feitos com mão-de-obra da Casa de Detenção. E ninguém sabia”, conta ela. O trabalho de Maria Tavares, de 1944 a 1987, recuperou 5.025 pessoas. Apenas seis reincidências aconteceram neste período em que trabalhou sozinha. E com recursos próprios! “Eu tinha uma situação financeira muito boa, mas em 87 meu dinheiro acabou, então tive que fazer um convênio com o Estado para continuar trabalhando lá. Eles então nomearam três assistentes sociais para trabalhar comigo. Fiquei na Casa de Detenção até a sua extinção, no governo Brizola”. Para dar conta das demandas que surgiam no dia-a-dia da profissão, Maria Tavares buscou reforço em outras disciplinas. “Depois do Serviço Social, cursei Psicologia, Pedagogia e Direito, na Universidade do Rio Grande do Sul. O Direito fiz até o 5º ano. Não me formei. Eu queria era buscar o melhor de cada profissão para apoiar meu trabalho”, lembra.

Maria Tavares começou a trabalhar na Casa de Detenção com pouco mais de 20 anos. A situação do lugar era desumana, como lembra. “Existia apenas um banheiro para 1.800 presos. Muitos entravam e saíam da penitenciária sem ter

tomado um único banho. As doenças se proliferavam, assim como os ratos e os piolhos. Eu cuidava dos presos na enfermaria, mesmo assim, nunca adoeci. Nunca tive uma gripe e de julho (de 2006) para cá é que comecei a sentir dor nos pés. Acho que é da idade”, brinca. Ela afirma que as condições humanas da pessoa geram revolta, violência, rebeliões. “Quando havia rebeliões, a polícia de choque entrava na cadeia e os presos me escondiam. Eles confiavam muito em mim e eu neles. Nunca me trataram mal. Não entendo porque havia esta culpabilidade”, conta ela que fala do preconceito que sofria. “Consegui, por exemplo, que as mulheres pudessem entrar e ver seus pais, filhos e maridos. Muita coisa eu nem contava para as pessoas, porque não acreditavam em mim”, lembra.

Hoje, Maria Tavares ainda trabalha. É uma espécie de conselheira, mãe e amiga dos presos que cumprem pena na Fundação Patronato Lima Drummond, onde mora. “Não há ser humano que não tenha uma coisa boa no coração, por maior que seja o crime cometido. Hoje tenho uma enorme família, pois eles todos são meus filhos”.

Aos poucos, fomos criando os primeiros clubes de mães, realizando cursos de culinária, de tricô e crochê, etc”. Neste processo, os homens também formaram seu grupo de voluntários. “Eles ajudavam a constituir as associações de amigos de bairros. Chegamos a criar 49 associações. Os homens se reuniam à noite e os encontros tinham um caráter mais político, de reivindicar por direitos, mas aí veio a Revolução (em 1964) e acabou com tudo, pois era considerado subversivo. Com a proibição das associações, os rapazes do grupo passaram a trabalhar com prevenção a acidentes no trabalho”, lembra ela. “Voluntariado era uma coisa que já fazíamos lá em 1950. Hoje é que está muito em moda”.

As dificuldades não pararam por aí, mas Cléo explica como foram encontradas alternativas. “As ruas não tinham nomes e as casas não tinham número. As pessoas, em sua maioria, eram vindas do interior ou de outros estados, então não estavam acostumadas a se articular. No máximo, iam à igreja. Então criamos as equipes interdisciplinares. Isso era uma inovação, pois os profissionais trabalhavam muito centrados em seus ‘nichos”.

Além da interdisciplinaridade, outra inovação aconteceu na área da educação. “É o SESI Na Educação. Implantamos quatro unidades educacionais

pré-escolares em locais onde tínhamos atuação. Também criamos os Centros Sociais para o operário e o projeto ‘Ser Gente’, em que as crianças realizavam atividades no Centro Social em turno inverso ao da Escola, mais ou menos como é hoje o SASE (Serviço de Apoio Sócio-Educativo). Tínhamos também um Centro Esportivo, onde havia até aulas de dança. Uma coisa avançadíssima para a época”, diz Cléo.

A assistente social diz ainda que “naquela época, éramos todas solteiras, pois nos dedicávamos integralmente ao Serviço Social como fanáticas. Eu era apaixonada pelo meu trabalho. Trabalhava o dia todo e ainda trazia trabalho para casa. Acho que falta isso em alguns profissionais hoje: paixão”.

turísticos, excursões, acampamentos nos balneários do Rio Guaíba, exibição de filmes na praça, aulas de dança e de balé, etc. “Foi uma experiência espetacular. Eles eram maravilhosos, inteligentes e tudo o que viam eles queriam (risos), e eu ia atrás. Até apresentação de teatro eles faziam na praça para os pais. Era fantástico”, lembra ela, que ensinou as crianças a confeccionar um jornal também. Na Escola de Serviço Social enfrentou outro grande desafio, quando fez estágio no terceiro ano, em comunidade. “Fui implantar o Serviço Social no Grupo Escolar Agrônomo Pedro Pereira, na Agronomia, que naquele tempo era totalmente rural. A Escola atendia os filhos dos funcionários da Escola de Agronomia da UFRGS”, conta.

Nara lembra da situação vivida pelas crianças que moravam no “Beco do Carvalho” (na época era de chão batido), hoje a Avenida Antônio de Carvalho. “No Beco do Carvalho existia um lixão. As crianças caminhavam por quilômetros para chegar à Escola. O cheiro era insuportável e o barro, em dias de chuva, alcançava as canelas da gente. As crianças tinham que transitar pela faixa onde passavam ônibus e caminhões para Viamão. Era um risco constante”, diz ela que passou a lutar para conquistar transporte escolar para as crianças, além da construção de uma Escola mais próxima daquela comunidade. “A prefeitura me

atendeu 10 anos mais tarde, com a Escola Desidério Finamor”.

Em 1955, Nara se formou em Serviço Social. Mesmo ano em que a assistente social Lúcia Castillo, que havia sido sua monitora no estágio da Clínica Escolar Central, assumiu a direção da Escola, convidando-a para trabalhar na PUCRS. “Saí da prefeitura e fiquei na Escola de Serviço Social como monitora de estágios”. Nara ficou 20 anos na Escola de Serviço Social onde foi diretora do departamento de estágios e vice-diretora da Escola. Também em 55, fez concurso público para o Juizado de Menores, trabalhando com assessoria técnica em Serviço Social. “Era uma coisa avançadíssima para a época”, destaca. A aposentadoria veio em 1977, quando Nara foi estudar na França. “Ganhei uma bolsa de estudos sobre Políticas Públicas e fiquei lá de 1965 a 67. Foi quando comecei a me interessar pelas políticas sociais voltadas para a terceira idade, cujos estudos na França eram riquíssimos”. Uma nova carreira se abriu para Nara, que se dedicou ao estudo da Gerontologia Social, disciplina da qual é docente hoje no Instituto de Geriatria da PUCRS e da Universidade de Passo Fundo, e sobre a qual acaba de lançar um livro em parceria com o Geriatra Nelson Terra.

I Seminário de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS

“Desafios e estratégias para a democratização da comunicação no Brasil” foi o tema do primeiro Seminário Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS, que aconteceu no dia 6 de setembro, um dia antes do 35º Encontro Nacional do Conjunto, e foi realizado no mesmo local, no Hotel Canto do Sol, na praia de Camburi, em Vitória/ES. Para ajudar na discussão, dois palestrantes da área levantaram questões importantes como o monopólio da mídia no Brasil e a dificuldade em pautar a imprensa sobre os assuntos pertinentes ao Serviço Social na perspectiva do Projeto Ético-Político da profissão.

Ana Veloso, mestre em Comunicação e jornalista da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), apresentou a palestra “O acesso à mídia para os movimentos sociais”. A jornalista fez um retrospecto sobre o cenário da democratização da mídia no Brasil e no mundo e ressaltou que, apesar de alguns avanços, principalmente na área da tecnologia, os movimentos sociais estão perdendo espaço devido ao forte monopólio da comunicação e do lobby das grandes empresas. “Apenas cinco famílias dominam os principais veículos de comunicação no Brasil, são grandes conglomerados que incluem TV, rádio, jornal, internet, produtoras e gravadoras, entre outras mídias”, denunciou, lembrando o caráter público da comunicação. “Ela tem que ser apropriada por todos. Neste contexto de mercantilização da comunicação, não temos o acesso democrático dela e este ‘não-direito’ à comunicação pode adiar as transformações

sociais pelas quais os assistentes sociais lutam há anos”.

Ana também apontou caminhos para a democratização da comunicação, transformando-a em ação política. “Temos que pensar na comunicação como um direito e trabalhar com esta perspectiva”, disse. Ela ressaltou o papel dos assistentes sociais na busca pela democratização. “É preciso fortalecer a fala pública desses profissionais



Ana Veloso apontou caminhos para a democratização da comunicação

e também estreitar os laços com a mídia alternativa – rádios comunitárias, sites independentes, jornais comunitários, etc – e não apenas privilegiar a mídia hegemônica”, lembrou.

Carlos de Abreu, jornalista da ANDI (Agência de Notícias para os Direitos da Infância), falou sobre “A Comunicação

nos Conselhos de Direitos” e revelou um pouco do dia-a-dia dos jornalistas, com os desafios que a profissão lhes impõe. “Há preconceitos tanto por parte das fontes com relação aos jornalistas e vice-versa. O papel do assessor de imprensa é mediar o assessorado e a mídia e esta relação se constrói no cotidiano, aos poucos”. Carlos também orientou as assessorias a prepararem oficinas para a imprensa, convidando os repórteres dos veículos para conhecerem o tema do qual estão tratando. Outra solução, para ele, é organizar visitas às redações. “O diálogo com as redações ajuda muito a pautar a mídia”, disse. O jornalista lembrou que, antes de iniciar o trabalho, é preciso pensar que informações o Conselho quer passar para a imprensa, que veículos e que público quer atingir. Como exemplo de um trabalho de inserção de assuntos na mídia, ele citou a experiência da ANDI, uma referência para jornalistas que trabalham com a pauta da infância e da adolescência.

Elisabete Borgianni, presidente do CFESS, participou da abertura do evento e destacou: “Este seminário está sendo esperado há muito tempo”, complementando que “os jornalistas vêm buscar a informação, e nós temos o conteúdo adequado, qualificado, mas precisamos saber como transmitir com qualidade”.

O Seminário foi encerrado com a fala de três jornalistas que prestam assessoria de comunicação para os CRESS de Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná, que socializaram suas experiências nos estados.

35º Encontro CFESS/CRESS – Vitória

De 7 a 10 de setembro, foi realizado em Vitória/ES o 35º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS. As delegadas membros da diretoria do CRESS/RS Cláudia Victolla Paiva (1ª Secretária) e Ângela Fenner (Conselheira Fiscal), fizeram uma avaliação sobre o evento. Para Cláudia, todo o Encontro CFESS/CRESS é de suma importância, pois “são deliberadas ações/atividades em todos os eixos: gestão administrativo-financeira, capacitação e formação profissional, fiscalização, comunicação, seguridade social, direitos humanos e relações internacionais, entre outros que deverão ser executados pelos conselhos de todos os estados”, diz.

“Sempre ouvimos falar que estes encontros são cansativos porque ali são discutidos muitos pontos com muita explanação e discussão, sem levar, muitas vezes, a lugar algum. Por outro lado, se as propostas são bem fundamentadas e inteligentemente argumentadas, elas orientam ações importantes a serem discutidas nos CRESS, por toda a categoria”.

Para Ângela, os pontos mais importantes, polêmicos e interessantes a serem compartilhados com os(as) colegas são: 1) extinção ou não do fundo CFESS/CRESS. “Neste tema não houve consenso, ficando então para ser



novamente analisado no próximo Encontro Ampliado, no primeiro trimestre de 2007. Houve muita discussão sobre o assunto, uma parte dos delegados defendiam sua extinção e que seu saldo fosse distribuído com todos os CRESS que contribuíram. Outra parte dos delegados, cujos conselhos têm mais dificuldades financeiras e de gestão, defendiam firmemente que o fundo tivesse continuidade”; 2) obrigatoriedade da prova de proficiência para o Serviço Social, como no Direito. “Também não houve consenso. A partir daí aparecem as posições das diretorias dos conselhos regionais: uns

completamente a favor, outros sem posicionamento e os totalmente contrários, onde nossa diretoria está incluída. Ainda discutiremos exaustivamente e com toda a categoria. Este assunto gerou horas de argumentações, teses, por vezes emblemáticas e contraditórias. Ficou para ser rediscutido no 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS/2007, que será realizado em Natal/RN”, comenta Ângela, que destaca ainda os pontos: 3) elaboração do documento com as contribuições do conjunto CFESS/CRESS para a proposta de Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS; 4) revisão do código eleitoral, aprovado no 35º Encontro.

Cláudia conclui dizendo que “exceto algumas discussões de menor relevância, o melhor de tudo foi o fato de exercitarmos nosso lado político e com embasamento teórico, defendendo as propostas encaminhadas pelos(as) assistentes sociais de nosso Estado. Todos devem ter esta oportunidade de participar destes encontros da categoria, tão importantes e decisivos na nossa vida profissional e, além disso, poder se exercitar politicamente na defesa da categoria dos assistentes sociais”. As delegadas lembram: “Comecem pela participação nas Assembléias Gerais!”.

Caxias realiza curso de capacitação

O Cress 10ª Região, por meio da Seccional de Caxias do Sul, em parceria com a UCS realiza até dezembro o curso "Processos de trabalho do assistente social nas Políticas de Assistência Social, Saúde e Habitação".

A capacitação tem reunido semanalmente na UCS 26 assistentes sociais, executores das políticas sociais e assistentes sociais de órgãos gestores e de organizações não-governamentais, das mais diversas cidades do Rio Grande do Sul, entre elas Garibaldi, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Sapiranga, Porto Alegre, Bom Princípio, Farroupilha e Caxias

do Sul. Para a representante da Seccional de Caxias, Eleni Raquel Tsuruzono, este espaço de reflexão e construção de conhecimento "tem possibilitado reconhecer o importante papel dos Assistentes Sociais sobre os avanços das políticas sociais no Brasil e os desafios que estão postos para que possamos garantir o projeto ético-político da profissão". Ela complementa dizendo que "o Código de Ética impõe questões importantes para se avançar, resgatar processos de trabalho no cotidiano do exercício profissional, garantir acesso aos direitos sociais e fundamentalmente reavaliar as regras institucionais que possibilitem a inclusão social".

Divulgação CRESS/Caxias do Sul

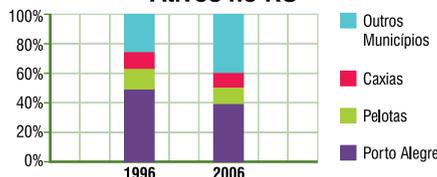


Alunos(as) do curso e representantes da Seccional de Caxias

Número de Assistentes Sociais cresce no interior do Estado

A Secretaria do Conselho Regional de Serviço Social/RS fez um levantamento sobre a evolução no número de Assistentes Sociais no Estado nos últimos dez anos. Com a proliferação de Unidades de Ensino Superior de Serviço Social no interior do Rio Grande do Sul, a quantidade de profissionais nessas cidades superou a Capital. Em uma década, em termos percentuais, Porto Alegre, Caxias do Sul e Pelotas tiveram uma diminuição no número de Assistentes Sociais, embora em números absolutos, a quantidade tenha aumentado. Confira na tabela e no gráfico abaixo.

Distribuição dos Assistentes Sociais Ativos no RS



Nº DE PROFISSIONAIS ATIVOS

ANO	POA	PELOTAS	CAXIAS	OUTROS	TOTAL
1996	866	238	194	461	1759
1997	902	247	205	495	1849
1998	928	258	213	523	1922
1999	966	266	219	549	2000
2000	1018	283	227	600	2128
2001	1054	292	241	691	2278
2002	1117	304	258	797	2476
2003	1174	327	270	870	2641
2004	1242	344	289	1045	2920
2005	1337	364	315	1180	3196
2006	1405	416	336	1444	3601

Obs.: Dados contabilizados até 25/10/2006.

Uma das hipóteses para o aumento do número de cursos e profissionais é que a exigência de, no mínimo um assistente social nos órgãos municipais gestores da política de Assistência Social, estabelecida no Estado do RS com a resolução nº 13 da Comissão Intergestora Bipartite, em 1999, instituiu uma demanda por profissionais, abrindo várias vagas para estes profissionais em todas as prefeituras do Estado. A demanda crescente apontou a possibilidade de aumento de cursos, aumentando a oferta.

Distribuição dos Assistentes Sociais Ativos Inscritos no CRESS/RS no RS

Ano	POA (%)	Pelotas (%)	Caxias do Sul (%)	Outros Municípios (%)
1996	49,23	13,53	11,03	26,21
2006	39,02	11,55	9,33	40,10

Fonte: Secretaria CRESS/RS 2006

Congresso Brasileiro de Serviço Social – CBAS 2007

Em maio de 2007, será realizado em Porto Alegre o Encontro Preparatório para o XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. O CBAS, maior evento do Serviço Social brasileiro, será realizado em conjunto com o IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade (ENSS), em Foz do Iguaçu, nos dias 28 de outubro a 2 de novembro de 2007, e está sendo organizado nacionalmente pelo CFESS, CRESS/PR, ABEPSS e ENESSO. A intenção é convidar os(as) assistente sociais a apresentarem preliminarmente os trabalhos inscritos para o CBAS. Este Encontro Preparatório deverá ocorrer na Semana do Assistente Social, em maio.

CRESS/RS acompanha o caso

O CRESS/RS impetrou Mandado de Segurança contra o Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, para corrigir irregularidade na seleção para docência da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal do Pampa, com sede em São Borja. O recurso, acolhido liminarmente, tem sentença favorável em 1ª instância, interrompendo o processo seletivo, uma vez que não contava com Assistente Social na Banca Examinadora do Concurso para Professor Assistente, conforme determina o inciso IX do art. 5º da Lei nº 8662/93 – Lei de Regulamentação da Profissão. O processo está em fase de recurso. A defesa e a fiscalização do exercício profissional e a valorização da categoria constituem-se em compromisso ético-político com a formação de profissionais qualificados.

Pioneiras lançam livros

Duas assistentes sociais "pioneiras" lançaram livros nesta edição da Feira do Livro de Porto Alegre. A assistente social, artista plástica e escritora Teresinha Canini (cujo nome artístico é Tenini) autografou seu livro de poesias e crônicas "Esculpindo Sonhos" – que traz textos de várias fases de sua carreira artística, além de pinturas e desenhos. "O mesmo amor que eu tinha ao lidar com os usuários da Previdência, transmito hoje através da minha arte", contou ela. Já a assistente social e gerontóloga Nara Rodrigues autografou "Gerontologia Social para Leigos", escrito em co-autoria com o Geriatra Nelson Terra. Nara, que já foi vice-diretora da Escola de Serviço Social da PUC/RS, é aposentada pelo então Juizado de Menores.

PORTARIA Nº 032, 04 DE SETEMBRO 2006, ATA Nº 1.573.

EMENTA: Designa Assistentes Sociais para representarem o CRESS 10ª Região no Conselho da Comunidade de Porto Alegre.
A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar, a Assistente Social **NEORIDES BIANCHINI**, CRESS 10ª Região nº **3722**, representante titular do CRESS 10ª Região no Conselho da Comunidade de Porto Alegre.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário.
Cumpra-se

Porto Alegre, 04 de setembro de 2006
Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 – CRESS 10ª Região
Presidente

PORTARIA Nº 033, DE 25 DE SETEMBRO DE 2006, ATA Nº 1.577.

EMENTA: Designa Assistentes Sociais para comporem Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional – COFI, do CRESS 10ª Região.
A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar as Assistentes Sociais **LÉA MARIA FERRARO BIASI**, CRESS 10ª Região nº **0817**, como coordenadora e **DARLY ZALAZAR PEREIRA**, CRESS 10ª Região nº **0791**, **NEORIDES BIANCHINI**, CRESS 10ª Região nº **3722** e **CLEONICE MARIA POKORSKI STEFANI**, CRESS 10ª Região nº **3487**, como membros e **ELAINE CRISTINA GOIDANICH DE CASTRO**, CRESS 10ª Região nº **0901**, como representante de base, para comporem a Comissão de Orientação e Fiscalização – COFI, do CRESS 10ª Região.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário.
Cumpra-se

Porto Alegre, 25 de setembro de 2006
Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 – CRESS 10ª Região
Presidente

PORTARIA Nº 34, DE 25 DE SETEMBRO DE 2006, ATA Nº 1.577.

EMENTA: Designa Assistentes Sociais para comporem Comissão Permanente de Ética do CRESS 10ª Região.
A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar os(as) Assistentes Sociais **CLAUDIA TELLINI VICTOLLA PAIVA**, CRESS 10ª Região nº **2819**, como coordenadora e **SILVANA DORIS PERIN**, CRESS 10ª Região nº **2970**, como membro e **MARA ROSANI SCHERER BENEDETTO**, CRESS 10ª Região nº **1881** para comporem a Comissão Permanente de Ética do CRESS 10ª Região.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário.
Cumpra-se

Porto Alegre, 25 de setembro de 2006

Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 – CRESS 10ª Região
Presidente

PORTARIA Nº 035, 07 DE OUTUBRO DE 2006, ATA Nº 1.579.

EMENTA: Designa Assistentes Sociais para representarem o CRESS 10ª Região no Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre.
A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar as Assistentes Sociais **MARIA BERNADETTE DE MORAES MEDEIROS**, CRESS 10ª Região nº **0453**, representante titular e **ANAHI MARQUES MELGARE**, CRESS 10ª Região nº **2231**, representante suplente do CRESS 10ª Região junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário.
Cumpra-se

Porto Alegre, 07 de outubro de 2006
Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 – CRESS 10ª Região
Presidente

PORTARIA Nº 036, 09 DE OUTUBRO DE 2006, ATA Nº 1.580.

EMENTA: Designa Assistente Social para representar o CRESS 10ª Região no Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Maria.
A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar a Assistente Social **CRISTIANE FERRAZ QUEVEDO**, CRESS 10ª Região nº **6200**, representante suplente do CRESS 10ª Região junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Santa Maria
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário.
Cumpra-se

Porto Alegre, 09 de outubro de 2006

Cintia Ribes Pestano
AS nº 3606 – CRESS 10ª Região
Vice-Presidente

PORTARIA Nº 037, 09 DE OUTUBRO DE 2006, ATA Nº 1.580.

EMENTA: Designa Assistentes Sociais para representarem o CRESS 10ª Região no Conselho da Comunidade Santa Maria.
A Presidente do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 10ª Região, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais.
RESOLVE:
Art. 1º - Designar as Assistentes Sociais **LEONICE DA ROSA SOUZA PRESTES**, CRESS 10ª Região nº **4192**, representante titular e **VALDETE PAIM AVER**, CRESS 10ª Região nº **2851**, representante suplente do CRESS 10ª Região junto ao Conselho da Comunidade Santa Maria.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as demais disposições em contrário.
Cumpra-se

Porto Alegre, 09 de outubro de 2006
Cintia Ribes Pestano
AS nº 3606 – CRESS 10ª Região
Vice-Presidente

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 049/2006

Em Reunião de Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região realizada no dia **11/09/2006**, conforme Ata de nº **1.574** foram deferidos os seguintes processos:

INSCRIÇÃO PRINCIPAL PROVISÓRIA

6448	- JANECA BERTONCELLO BORTOLAMEDI	PASSO FUNDO
6449	- IONARA DOS SANTOS PEREIRA	CARAZINHO
6452	- DEUVANES FATIMA CONSALTER	RONDINHA
6455	- JOANA DARQUE DUARTE	NÃO-ME-TOQUE
6465	- LENICE UEBEL MUHL	CHAPADA
6467	- VERIDIANA ZANELLA	CAMARGO
6468	- DEISE BORELLI	PASSO FUNDO
6480	- ELISA DE ANDRADE ABREU	PORTO ALEGRE
6511	- LEONDIRA FATIMA LAZARETTI	ESPUMOSO
6518	- KELIN GARCIA PINHEIRO	CAXIAS DO SUL
6523	- LUCIANA MADALOSSO FERNANDES	PORTO ALEGRE
6524	- GRAZIELA RIBEIRO AQUINO	TAPEDES
6525	- FERNANDA LUTZ TOLVES	PORTO ALEGRE
6526	- YARA REGINA DA CUNHA CASTRO	PORTO ALEGRE
6527	- MARLENE DIETRICH DA SILVA	ALVORADA
6528	- ANITA WEBER	SELBACH
6530	- SIMONE DULLIUS	LAJEADO
6531	- EMERSON COSTA DA ROSA	PORTO ALEGRE
6532	- TEREZINHA DE LOURDES SCOPEL	PORTO ALEGRE
6533	- CRISTINA LICHMAN	CANOAS
6534	- GISELE CRISTINA THIEL CORREA	PORTO ALEGRE
6536	- JAQUELINE FERREIRA	VENÂNCIO AIRES
6537	- ELIANA MOTA DA CONCEICAO	TAQUARA

INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA

6472	- ELISETI CASTRO DA ROSA TEIXEIRA	PELOTAS
6473	- LISIANE HELLNIG ZARNOTT	PELOTAS
6485	- ANELINE HOFFMANN SCHMITT	GRAMADO
6491	- ERICA VEIGA WAGNER	PELOTAS
6495	- FERNANDA FERREIRA DO AMARAL	PELOTAS
6516	- CRISTIANE WEBBER	CRUZ ALTA
6520	- KELLEN CRISTINA VOLZ	PELOTAS
6535	- VERA LUCIA NUNES	TAQUARA

Porto Alegre, 11 de setembro de 2006

Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 - CRESS 10ª Região
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 050/2006

Em Reunião de Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região realizada no dia **25/09/2006**, conforme Ata de nº **1.576** foram deferidos os seguintes processos:

INSCRIÇÃO PRINCIPAL PROVISÓRIA

6450	- GISIANE RODRIGUES	PASSO FUNDO
6451	- NAIR HILARIO SABADIN	SOLEDADE
6453	- MARCIA CRISTINA REISDOERFER	ALM. TAMANDARÉ SUL
6454	- PATRICIA DAIANE GLENKE	STO ANTONIO DO PLANALTO
6456	- CELINA BRUM CASTRO	SOLEDADE
6459	- GEOVANA PRANTE GASPAROTTO	CARAZINHO
6510	- LISA BONATO GOMES	PASSO FUNDO
6519	- MARIA REGINA DA SILVA	CAXIAS DO SUL
6522	- VIVIANE GUEDES TRAMONTIN	CAXIAS DO SUL
6538	- ROSA MATILDE REOLON BARBOSA	PORTO ALEGRE
6539	- ANDREIA MINETTI VIANA	CANOAS
6540	- MARIA DAS GRACAS RAMIRES MENDES	PORTO ALEGRE
6541	- MARIA APARECIDA BERNARDO	CANOAS
6542	- ROBERTA BOLDRINI	PORTO ALEGRE
6543	- SOLANGE INES LEINDECKER	LAJEADO
6544	- MARA GEOVANA DUARTE	LAJEADO
6545	- JANE ANDRADE DE LIMA	CANOAS
6547	- CLAUDIA LETICIA BARTOS DE LIMA	ELDORADO DO SUL
6548	- LIVANE MARTA PETRY ROVEDDER	SANTA CRUZ DO SUL
6549	- MARIA MARLENE JARDIM DE MELO	POTO ALEGRE

INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA

5555	- RAQUEL ZORZOLLI NEBEL	BAGÉ
5695	- KATIA GREZCHOEZYNSKI	PASSO FUNDO
5708	- MARIA DA LUZ VERGARA BERTINETTI	PELOTAS
5724	- MICHELI ZANDONA	BARRA FUNDA
5753	- MICHELE JAENSEN	CAXIAS DO SUL
5804	- KADIGIA HASAN	BOA VISTA DO BURICÁ
5825	- ELIZANDRA SOUZA MENDES	INDEPENDÊNCIA
5837	- ELIANDRA ALVES	PALMITINHO
6055	- MARTA LUIZA BANGEL	PORTO ALEGRE
6272	- TATIANA DE LOURDES AZEVEDO	GRAVATAÍ
6343	- LUANA CASTRO	SOLEDADE
6347	- LUCIANA DOS SANTOS CADERNAL	CARAZINHO
6489	- JOSI GEISA MACIEL JAKS	PELOTAS
6490	- IDELI GONCALVES DA CRUZ	PELOTAS
6496	- ALINE CUNHA DA FONSECA	PELOTAS

REINSCRIÇÃO E ALTERAÇÃO DO NOME

3362	- MARA NUBIA FEIJO LUFT	PORTO ALEGRE
------	-------------------------	--------------

ALTERAÇÃO DO NOME

3647	- MARILENE SCHLOTTGEN KRAUS	CANOAS
4192	- LEONICE DA ROSA SOUZA PRESTES	SANTA MARIA
5879	- FERLEA FEIJO SERAFIM HIRATA	RIO GRANDE

2ª VIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

4280	- PAULO HENRIQUE DIAS	PORTO ALEGRE
5595	- ROBERTA LEMES DE OLIVEIRA	PELOTAS

INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA E CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

6248	- DIANA MARCIELE KERBER	BROCHIER
------	-------------------------	----------

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO		
0437	- ANA ELISA KRATZ GAZALLE	PELOTAS
0694	- DORA MARIA LAGEMANN	PORTO ALEGRE
4294	- JAQUELINE GOMES GUIMARAES	PORTO ALEGRE
5864	- ELISANGELA MEDINA LUCIO	CANOAS
6040	- TEREZINHA JURACI DE ABREU SAMPAIO	GRAVATAÍ

HOMOLOGAÇÃO DE TRANFERÊNCIA E CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

5274	- JOICE TRENTO	CHAPECÓ
------	----------------	---------

ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

027J	- C.H.R. MAZUIM & L. R. MAZUIM LTDA	CACHEIRA DO SUL
------	-------------------------------------	-----------------

Porto Alegre, 25 de setembro de 2006

Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 - CRESS 10ª Região
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 053/2006

Em Reunião de Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região realizada no dia **09/10/2006**, conforme Ata de nº **1.580** foram deferidos os seguintes processos:

INSCRIÇÃO PRINCIPAL PROVISÓRIA

6458	- RUTH ZECHMEISTER	CARAZINHO
6461	- TERESINHA BEATRIZ MATOS DA SILVA	PASSO FUNDO
6464	- PAULA RODRIGUES MIETCH	CONSTANTINA
6550	- LETUSA KAREN PEZZI	CAXIAS DO SUL
6552	- VIVIANE MENGUE PEGORARO	VENÂNCIO AIRES
6553	- JULIANE CRISTINA STERTZ	VENÂNCIO AIRES
6554	- RITA DE CACIA MOTTA DA SILVA	PORTO ALEGRE
6558	- SANDRA ANDREIA REICHERT FRIEDRICH	SANTO ÂNGELO
6562	- LUCILE SOUZA	PORTO ALEGRE

INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA

6492	- LUCIANA NUNES FEIJO	PEDRO OSÓRIO
6498	- SABRINA MARISCO BERTEI CHIOCHETTA	SARANDI
6513	- DEBORA SOARES DA COSTA	CAXIAS DO SUL
6515	- RAQUEL ALONZO DE FREITAS	SÃO LOURENÇO DO SUL
6546	- GUSTAVO DOS SANTOS DOMINGUES	PELOTAS
6561	- ISADORA ESTRAZULAS SILVA	PORTO ALEGRE

Porto Alegre, 09 de outubro de 2006

Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 - CRESS 10ª Região
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 054/2006

Em Reunião de Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região realizada no dia 23/10/2006, conforme Ata de nº 1.582 foram deferidos os seguintes processos:

INSCRIÇÃO PRINCIPAL PROVISÓRIA

6457	- DENISE MACHADO DE QUADROS	CARAZINHO
6460	- DANIELA MACHADO DE QUADROS	CARAZINHO
6462	- ANGELA DIANA HECHLER	SARANDI
6529	- SHIRLENE ANABOR	PASSO FUNDO
6563	- LORENI TERESINHA FRA DE MOURA	SAPUCAIA DO SUL
6564	- ALOHA BIBIANA IOST	CANOAS
6566	- ELIANE DE LOURDES TELLES	PORTO ALEGRE
6567	- MAGDA DE BARCELLOS AMARAL	PORTO ALEGRE
6568	- NADIR MARIA HERINGER	PORTO ALEGRE
6569	- CLARA ENIR ROBALO DE JESUS	PALMARES DO SUL
6570	- KARINA LEANDRO DOS SANTOS BOES	PORTO ALEGRE
6572	- IVANIR TERESINHA TOMAZI DECESARO	TRINDADE DO SUL

INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA

5188	- CARMEN NILDA NOVO DOS SANTOS	MUÇUM
5417	- FABIANA DOLZIRA NEVES CAVALHEIRO	PORTO ALEGRE
5631	- FERNANDA CARDOSO MOREIRA	CHARQUADAS
5682	- VANESSA BANDEIRA FIORENTIN	CAMARGO
5683	- JULCEIA BASSANI	NOVO TIRADENTES
5709	- MICHELE DA ROSA ALVES	RIO GRANDE
5711	- FABIANA ERMOSILA DE MELO ARAUJO	CARAZINHO
5847	- EVERTON HUNDERTMARCH SCHERER	PORTO ALEGRE
5951	- ROSANA MARIA BARASUOL DE CASTRO	URUGUAIANA
6139	- ELOIZA FARIAS DE CAMPOS	ERVAL SECO
6219	- HELOISA HELENA PEREIRA RANGEL	PORTO ALEGRE
6260	- MARIA HELENA DOS SANTOS CANUTES	PORTO ALEGRE
6359	- CRISTIANE MARIA MARINI	BENTO GONÇALVES
6398	- JULIANE PEREIRA LANNES	PORTO ALEGRE
6400	- IARA CONCEICAO KANTORSKI	IJUÍ
6420	- CREUSDETE COELHO DA ROCHA	PORTO ALEGRE
6486	- BEATRIZ DE FARIAS MACHADO	PORTO ALEGRE
6517	- LORENA ELIAS NACHTIGAL	PELOTAS
6551	- GISELE ALMEIDA SOARES	PELOTAS
6565	- LUCIANA NICOLDI	IJUÍ

DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA E INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA

6470	- FERNANDA BOTTIN	CHAPECÓ
6557	- MARILENE CARDOSO DIAS	CAXIAS DO SUL

NOVA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

4244	- ELIRCI ANA WIECZOREK	CAXIAS DO SUL
6469	- FRANCIANE MOTA VILELA MILECH	CANGUÇU

2ª VIA DA CARTEIRA E DA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

4856	- VERLÂNIA NUNES SCHMEIDER	CAXIAS DO SUL
------	----------------------------	---------------

2ª VIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

4936	- SIMONE DE FREITAS MORAES	VIAMÃO
------	----------------------------	--------

CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

3487	- CLEONICE MARIA POKORSKI STEFANI	GUAIÁBA
------	-----------------------------------	---------

REINSCRIÇÃO, INSCRIÇÃO DEFINITIVA E CÉDULA

2866	- JOSANA INES PIRES	PELOTAS
6016	- MARINEI DA CUNHA MARQUES	CANOAS

REINSCRIÇÃO

1348	- VERA MARIA VELY PIPPI	PORTO ALEGRE
4178	- VANDA LACI KURTZ	RIO GRANDE
4362	- GISELE TEICHMANN	PORTO ALEGRE
5204	- ROSANA ANDREA VIGANO	CAXIAS DO SUL
5992	- RAQUEL PATRICIA DE ANDRADE SOLER	PORTO ALEGRE
6077	- LUCIA BERENICE BITTENCOURT	PORTO ALEGRE

CANCELAMENTO

2877	- VERA LUCIA MENEGOTTO VANIN	CAXIAS DO SUL
2886	- DIMARES VARIANI VIAL	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
3132	- SIRLEI HAHN	PORTO ALEGRE
3253	- NEURA TERESINHA DECO	CAXIAS DO SUL
3703	- JANETE INEZ MOREIRA DA LUZ REAL	PORTO ALEGRE
4118	- DENISE REGINA FRACARO	PORTO ALEGRE

Porto Alegre, 23 de outubro de 2006

Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 - CRESS 10ª Região
Presidente

Em Reunião de Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região realizada no dia 23/10/2006, conforme Ata de nº 1.582 foram deferidos os seguintes processos:

INSCRIÇÃO PRINCIPAL PROVISÓRIA

6457	- DENISE MACHADO DE QUADROS	CARAZINHO
6460	- DANIELA MACHADO DE QUADROS	CARAZINHO
6462	- ANGELA DIANA HECHLER	SARANDI
6529	- SHIRLENE ANABOR	PASSO FUNDO
6563	- LORENI TERESINHA FRA DE MOURA	SAPUCAIA DO SUL
6564	- ALOHA BIBIANA IOST	CANOAS
6566	- ELIANE DE LOURDES TELLES	PORTO ALEGRE
6567	- MAGDA DE BARCELLOS AMARAL	PORTO ALEGRE
6568	- NADIR MARIA HERINGER	PORTO ALEGRE
6569	- CLARA ENIR ROBALO DE JESUS	PALMARES DO SUL
6570	- KARINA LEANDRO DOS SANTOS BOES	PORTO ALEGRE
6572	- IVANIR TERESINHA TOMAZI DECESARO	TRINDADE DO SUL

INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA

5188	- CARMEN NILDA NOVO DOS SANTOS	MUÇUM
5417	- FABIANA DOLZIRA NEVES CAVALHEIRO	PORTO ALEGRE

5631	- FERNANDA CARDOSO MOREIRA	CARAZINHO
5682	- VANESSA BANDEIRA FIORENTIN	CAMARGO
5683	- JULCEIA BASSANI	NOVO TIRADENTES
5709	- MICHELE DA ROSA ALVES	RIO GRANDE
5711	- FABIANA ERMOSILA DE MELO ARAUJO	CARAZINHO
5847	- EVERTON HUNDERTMARCH SCHERER	PORTO ALEGRE
5951	- ROSANA MARIA BARASUOL DE CASTRO	URUGUAIANA
6139	- ELOIZA FARIAS DE CAMPOS	ERVAL SECO
6219	- HELOISA HELENA PEREIRA RANGEL	PORTO ALEGRE
6260	- MARIA HELENA DOS SANTOS CANUTES	PORTO ALEGRE
6359	- CRISTIANE MARIA MARINI	BENTO GONÇALVES
6398	- JULIANE PEREIRA LANNES	PORTO ALEGRE
6400	- IARA CONCEICAO KANTORSKI	IJUÍ
6420	- CREUSDETE COELHO DA ROCHA	PORTO ALEGRE
6486	- BEATRIZ DE FARIAS MACHADO	PORTO ALEGRE
6517	- LORENA ELIAS NACHTIGAL	PELOTAS
6551	- GISELE ALMEIDA SOARES	PELOTAS
6565	- LUCIANA NICOLDI	IJUÍ

DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA E INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA

6470	- FERNANDA BOTTIN	CHAPECÓ
6557	- MARILENE CARDOSO DIAS	CAXIAS DO SUL

NOVA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

4244	- ELIRCI ANA WIECZOREK	CAXIAS DO SUL
6469	- FRANCIANE MOTA VILELA MILECH	CANGUÇU

2ª VIA DA CARTEIRA E DA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

4856	- VERLÂNIA NUNES SCHMEIDER	CAXIAS DO SUL
------	----------------------------	---------------

2ª VIA DA CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

4936	- SIMONE DE FREITAS MORAES	VIAMÃO
------	----------------------------	--------

CÉDULA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

3487	- CLEONICE MARIA POKORSKI STEFANI	GUAIÁBA
------	-----------------------------------	---------

REINSCRIÇÃO, INSCRIÇÃO DEFINITIVA E CÉDULA

2866	- JOSANA INES PIRES	PELOTAS
6016	- MARINEI DA CUNHA MARQUES	CANOAS

REINSCRIÇÃO

1348	- VERA MARIA VELY PIPPI	PORTO ALEGRE
4178	- VANDA LACI KURTZ	RIO GRANDE
4362	- GISELE TEICHMANN	PORTO ALEGRE
5204	- ROSANA ANDREA VIGANO	CAXIAS DO SUL
5992	- RAQUEL PATRICIA DE ANDRADE SOLER	PORTO ALEGRE
6077	- LUCIA BERENICE BITTENCOURT	PORTO ALEGRE

CANCELAMENTO

2877	- VERA LUCIA MENEGOTTO VANIN	CAXIAS DO SUL
2886	- DIMARES VARIANI VIAL	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ
3132	- SIRLEI HAHN	PORTO ALEGRE
3253	- NEURA TERESINHA DECO	CAXIAS DO SUL
3703	- JANETE INEZ MOREIRA DA LUZ REAL	PORTO ALEGRE
4118	- DENISE REGINA FRACARO	PORTO ALEGRE

Porto Alegre, 23 de outubro de 2006

Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 - CRESS 10ª Região
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 055/2006

Em Reunião de Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 10ª Região realizada no dia 06/11/2006, conforme Ata de nº 1.585 foram deferidos os seguintes processos:

INSCRIÇÃO PRINCIPAL PROVISÓRIA

6577	- ANDRESSA CORREA BERNARDON	SÃO LEOPOLDO
------	-----------------------------	--------------

INSCRIÇÃO PRINCIPAL DEFINITIVA

6558	- SANDRA ANDREA REICHERT FRIEDRICH	SANTO ÂNGELO
------	------------------------------------	--------------

REINSCRIÇÃO

3886	- GENEROSA LEONIR RODRIGUES BERNARDES SAPUCAIA DO SUL	CAXIAS DO SUL
------	---	---------------

DEFERIMENTO DE TRANSFERÊNCIA E REINSCRIÇÃO

6020	- PATRICIA FERNANDES	SANTA MARIA
------	----------------------	-------------

HOMOLOGAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA E CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

4184	- EKATERINI SKAMVETSAKIS	PORTO ALEGRE
------	--------------------------	--------------

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

4489	- DENISE DA SILVA PACHECO	CACHOEIRINHA
------	---------------------------	--------------

Porto Alegre, 06 de novembro de 2006

Léa Maria Ferraro Biasi
AS nº 0817 - CRESS 10ª Região
Presidente

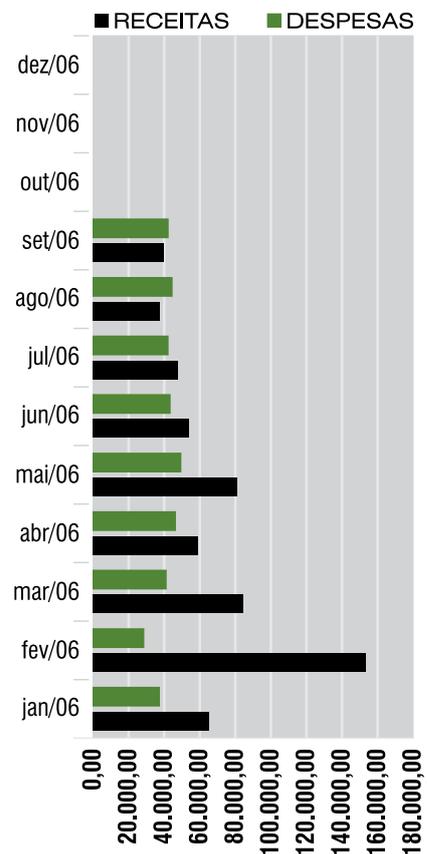
CONSELHO REGIONAL SERVIÇO SOCIAL CRESS - 10ª REGIÃO SETEMBRO / 2006

RECEITAS		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	576.485,49	92,58%
RECEITA PATRIMONIAL	14.826,88	2,38%
RECEITAS DE SERVIÇOS	31.355,34	5,04%
RECEITAS DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00%
TOTAL DO GRUPO	622.667,71	100,00%

DESPESAS		
PESSOAL CIVIL	81.919,89	21,90%
DESPESAS VARIÁVEIS	44.231,51	11,82%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	31.398,42	8,39%
MATERIAL DE CONSUMO	12.288,76	3,29%
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	39.136,33	10,46%
OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	154.981,05	41,43%
TOTAL DAS DESPESAS DE CUSTEIO	363.955,96	97,29%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.470,28	1,73%
DESPESAS DE CAPITAL	3.656,00	0,98%
TOTAL DO GRUPO	374.082,24	100,00%

SUPERAVIT DO PERÍODO R\$ 256.598,91

	RECEITA	DESPESAS
jan/05	65.157,21	37.287,71
fev/05	153.332,02	28.519,50
mar/05	84.548,87	41.125,70
abr/05	58.930,72	46.307,55
mai/05	80.906,51	49.374,48
jun/05	54.150,97	43.324,53
jul/05	47.695,39	42.183,31
ago/05	37.968,66	44.094,37
set/05	39.977,36	41.865,09
out/05		
nov/05		
dez/05		
SOMA	622.667,71	374.082,24



Liberdade de Orientação e Expressão Sexual: Respeito pelas Diferenças é Fundamental

Uma das atividades que marcou o Conjunto CFESS/ CRESS no ano de 2006 foi a Campanha Nacional “Assistente Social na Luta Contra o Preconceito – Campanha Pela Livre Orientação e Expressão Sexual”. Entre os objetivos do CFESS está a promoção do debate sobre o direito humano de expressar a sexualidade como uma dimensão da individualidade e que, portanto, necessita ser reconhecida em sua diversidade de expressões: heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. Além disso, favorecer a construção de espaços de diálogos e parcerias interdisciplinares na defesa da Livre Orientação e Expressão Sexual como Direito Humano.

Afinado com estes pressupostos, o Rio Grande do Sul é atualmente o estado pioneiro em conquistas importantes para garantia de direitos aos transexuais. A assistente social do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e professora da Faculdade de Serviço Social da PUC-RS Esalba Silveira acompanha, através do Programa de Transtorno de Identidade de Gênero (PROTIG) do HCPA, os candidatos à cirurgia de redesignação sexual e seus familiares. “Isto ocorre desde 1997, quando o Conselho Federal de Medicina por meio da Resolução 1482/97, estabeleceu normas para a realização de cirurgia de transgenitalização, realizadas nos hospitais públicos universitários. O candidato à cirurgia é acompanhado, no mínimo, por dois anos, por uma equipe multidisciplinar, a fim de indicar o procedimento cirúrgico aplicado às pessoas com diagnóstico de transexualidade”, explica Esalba.

O transexual, conforme salienta a professora, é a pessoa que tem o sentimento intenso de não-pertencimento ao sexo anatômico, sem bases orgânicas para tanto. “Em geral esta convicção surge ainda quando criança, que desde então passa a não gostar do seu corpo, desejando subtrair os aspectos que lhe identificam ao sexo biológico. Por isso é considerado um transtorno de identidade de gênero, pois anatomicamente não há qualquer implicação. As primeiras manifestações se expressam através do interesse pelos brinquedos, jogos e roupas do outro sexo. Ainda na adolescência passam a usar hormônio e a procurar cirurgia para encontrar a sintonia entre o corpo e o gênero ao qual sentem pertencer”, diz ela, complementando que “tudo isso é com um alto custo de sofrimento, que é ainda reforçado pela dificuldade de aceitação, acompanhada por diferentes formas de preconceito e discriminação, desde a família, a escola e o conjunto da sociedade”. Além da assistente social, a equipe do PROTIG é composta por urologista, psiquiatra, psicólogo, fonoaudiólogo, enfermeiro, otorrinolaringologista, ginecologista e representantes do Comitê de Bioética.

O CFESS identifica inúmeras situações de violação de direitos sociais e humanos em relação aos gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, entre elas: rejeição assumida, na maioria das vezes, pela família;

situações de discriminação nos ambientes de trabalho e de participação política; nos espaços de lazer; de amizade e em praticamente todas as instituições; são alvo de violência simbólica na mídia, especialmente nos programas humorísticos que tendem à ridicularização da homossexualidade; quando se trata da constituição familiar não têm os mesmos direitos dos casais heterossexuais; são vítimas de crimes de ódio que se caracteriza “por violenta intolerância anti-homossexual, cientificamente chamada de “homofobia/lesbofobia”. Segundo Luis Mott e Marcelo Cerqueira, no livro “Matei porque odeio gay” (Editora GGB, 2003), “este ódio explícito, cruel, persistente e generalizado, vai do insulto e ameaça à graves episódios de discriminação, constatados em todos os segmentos e esferas sociais. Incluem violência física, golpes e torturas, culminando em violentíssimos e pavorosos assassinatos. Crimes de ódio em que a homossexualidade da vítima motivou a agressão e pesou definitivamente no *modus operandi* do homicida”.

A professora Esalba salienta que “a dificuldade de acesso aos direitos não aparece na proibição explícita, mas nas mais diferentes formas de interdição, sendo às vezes sutis ou francamente explícitas”. Para ela, no caso específico dos transexuais, “até hoje o SUS (Sistema Único de Saúde) ainda não autoriza diretamente a cirurgia de transgenitalização, muito embora exista uma comissão junto ao Ministério da Saúde, inclusive com representante dos transexuais, mas que ainda não conseguiu que os resultados chegassem até os usuários do sistema”.

Apesar disso, segundo a professora Esalba, o Rio Grande do Sul, até esta data, é o único Estado brasileiro que autoriza a cirurgia, através de um convênio entre o HCPA e a Secretaria da Saúde. “Isto se deve aos esforços da equipe e dos usuários, que reunidos mobilizaram todos os recursos junto ao gestor, para que as cirurgias continuassem se realizando”, diz. Outra conquista significativa é quanto a possibilidade de mudança do nome e do registro civil.

“O nome ainda pode ser trocado ainda antes da cirurgia e, mais uma vez, o Rio Grande do Sul foi pioneiro no reconhecimento de um direito, ou seja, de que o nome próprio não pode colocar a pessoa numa situação de constrangimento. Assim, uma pessoa com a aparência feminina não condiz mais com o nome masculino que recebeu por ocasião do seu nascimento. Após a cirurgia há a troca do registro civil, inclusive com a devida mudança do sexo”, explica ela.

Entretanto, para a assistente social, um dos maiores problemas ainda é a falta de reconhecimento da diferenças humanas. “Paradoxalmente há sempre uma tentativa de exclusão das diferenças. As famílias destes sujeitos também sofrem muito. As mães, em especial, são muito cobradas quando os filhos não correspondem aos padrões estabelecidos. O caminho da justiça e equidade passa pelas encruzilhadas das diferenças. A vida não é apenas uma simples reta de chegada”, conclui a professora.



O caminho da justiça e equidade passa pelas encruzilhadas das diferenças.